

LINHA DE PESQUISA: ESFERA PÚBLICA, LEGITIMIDADE E CONTROLE

Não se pode conceber contemporaneamente a identidade entre esfera pública e Estado. A esfera pública “compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida”. (HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999. v. 2, p. 99 e seguintes).

O centro da esfera pública política, por sua vez, compõe-se, ainda, de outros “subsistemas” funcionais, cada um representando o seu papel dentro do sistema político, tais como o sistema administrativo, o complexo parlamentar, o sistema judiciário e a opinião democrática formada pelas eleições e pelos partidos políticos. No momento contemporâneo, os espaços da esfera pública ganham mais amplitude e dinamismo na busca de meios coletivos de construção de identidades plurais. Não é mais entre os poderes de Estado ou em razão da pertença a comunidades historicamente situadas, mas entre as diferentes fontes de integração social, que um novo equilíbrio deve ser perquirido.

O objeto de estudo desta linha visa reconstruir as clássicas abordagens acadêmicas do direito público, centradas na ótica do Estado e da Administração Pública, a partir de dois instrumentos do processo de integração social: legitimidade e controle.

Data de Início: 01/01/2010

<http://ppg.fumec.br/direito/linhas-de-pesquisa/>

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E O ATIVISMO JUDICIAL: LIMITES DA ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO

GIOVANNI GALVÃO VILAÇA GREGÓRIO

GREGÓRIO, Giovanni Galvão Vilaça. **A judicialização da política e o ativismo judicial: limites da atuação do Judiciário.** 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 19 de setembro de 2020.
Sala virtual na plataforma digital "zoom".
Orientador: Prof. Dr. Carlos Victor Muzzi Filho

RESUMO

No cenário contemporâneo, a atuação do Judiciário tem notória importância, especialmente sua proeminência no cenário político. Assim, a pesquisa tem o propósito de abordar os fatores que ensejaram a judicialização da política e o ativismo judicial, bem como suas implicações. O estudo do tema-problema justifica-se pelo protagonismo dos tribunais ao julgar ações com elevada carga valorativa. Neste particular, busca-se perquirir os limites da atuação do Judiciário para apreciar questões que se imiscuem na esfera do Legislativo e do Executivo. Para tanto, é necessário o exame do princípio da separação das funções, demonstrando, inclusive, que a relação entre Legislativo, Executivo e Judiciário sofreu mutações ao longo do tempo, necessitando constante revisitação. Observa-se também que os regimes totalitários, que marcaram o século XX, provocaram intensa constitucionalização dos direitos humanos em alguns países, cuja vigilância foi atribuída ao Judiciário sob o viés do neoconstitucionalismo. Pretende-se, pois, discutir o ativismo, apresentando o minimalismo judicial desenvolvido por Cass Sunstein, como alternativa plausível para a autocontenção do Judiciário. A hipótese trabalhada é a de que o ativismo judicial não possui compatibilidade com o princípio democrático, visto que as demandas judiciais de alta indagação moral, assim como a concretização de direitos fundamentais e a implementação de políticas públicas, devem se concentrar no Legislativo e no Executivo - instâncias legitimadas para atuar na ordem substancial de valores políticos. Ao Judiciário incumbe a garantia dos procedimentos, assegurando a deliberação democrática para que os cidadãos definam o próprio destino político. No tocante à metodologia, utilizou-se o método hipotético-dedutivo jurídico, valendo-se da pesquisa bibliográfica, por meio do estudo de obras, artigos, dissertações e teses, bem como da pesquisa documental, com a análise da legislação e da jurisprudência correlatas à temática da pesquisa. E por fim, como procedimento técnico, a análise teórica e interpretativa, buscando proposta de solução para o tema-problema destacado.

Palavras-chave: Separação das funções. Judicialização da política. Ativismo judicial. Autocontenção.

ABSTRACT

In the contemporary scenario, the performance of the Judiciary has gained more and more importance and the discussion about the jurisdictional exercise has been highlighted in several countries. Thus, the research aims to address the factors that led to the judicialization of politics and judicial activism, as well as their implications. The study of the problem theme is justified by the role of the courts when judging actions with a high valuation burden. In this regard, the aim is to investigate the limits of the Judiciary's performance in order to appreciate issues that get involved in the Legislative and Executive spheres. Therefore, it is necessary to examine the principle of separation of powers, including demonstrating that the relationship between

the Legislative, the Executive and the Judiciary has undergone mutations over time. It is also observed that the totalitarian regimes, which marked the 20th century, caused an intense constitutionalization of human rights, whose protection was attributed to the courts. Therefore, it is intended to discuss judicial activism from the perspective of substantialist and proceduralist theories, presenting the judicial minimalism developed by Cass Sunstein, as an appropriate form of self-restraint in the Judiciary. The hypothesis worked out is that judicial activism is not compatible with the democratic principle, since the judicial demands of high moral inquiry, as well as the realization of fundamental rights, must be concentrated in the Legislative and Executive - legitimate instances to act in order substantial amount of political values. The Judiciary is responsible for ensuring legitimate procedures, ensuring democratic deliberation, so that citizens can define their own political destiny. Regarding the methodology, the hypothetical-deductive legal method was used, using bibliographic research, through the study of works, articles, dissertations and theses, as well as documentary research, with the analysis of related legislation and jurisprudence. to the research theme. And finally, as a technical procedure, theoretical and interpretive analysis, seeking a solution proposal for the highlighted problem-theme.

Keywords: Separation of powers. Judicialization of politics. Judicial activism. Self-restraint.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO VERSUS DISCURSO DE ÓDIO: UMA QUESTÃO DE (IN)TOLERÂNCIA E DE CONTROVÉRSIAS JURÍDICAS

ALESSANDRA ABRAHÃO COSTA

COSTA, Alessandra Abrahão. **Liberdade de expressão versus discurso de ódio**: uma questão de (in)tolerância e de controvérsias jurídicas. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 29 de setembro de 2020.
Sala virtual na plataforma digital "zoom".
Orientador: Prof. Dr. Carlos Victor Muzzi Filho

RESUMO

Por meio do método hipotético-dedutivo, o presente trabalho tem como temática o paradoxo existente entre o direito à liberdade de expressão e à livre manifestação do pensamento com os discursos de ódio ou Hate Speech. A pesquisa utiliza como marco teórico o julgamento do Habeas Corpus 82.424/RS, mais conhecido como Caso Ellwanger, e faz abordagem hermenêutica da liberdade de expressão sob a perspectiva do direito brasileiro e da jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos. O julgamento do "Caso Ellwanger" definiu as bases teóricas do conceito de racismo e acendeu o debate acerca dos limites da liberdade de expressão e publicação de livros com ideias antissemitas (BRASIL, 2004). Como problema de pesquisa, o trabalho indaga: quais seriam as limitações do direito à liberdade de expressão para que os discursos de ódio não reproduzam o efeito silenciador das classes que possuem uma menor representação social? Como hipótese, afirma-se que a limitação excessiva do direito à liberdade de expressão e à livre manifestação do pensamento macula o direito geral de liberdade, consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e fundamento do Estado Democrático de Direito. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de analisar criticamente a questão da existência dos discursos de ódio e da livre manifestação do pensamento sob a ótica da técnica da ponderação, mediante a análise das peculiaridades do caso concreto e como forma de garantir o Estado Democrático de Direito. O objetivo geral é elaborar análise crítica dos limites ao direito de se expressar e manifestar o pensamento, a partir da condenação dos discursos de ódio, além de investigar a jurisprudência estadunidense em relação à Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos. São objetivos específicos: a) demonstrar a existência de um direito geral de liberdade, do qual se extrai o direito à liberdade de expressão e suas espécies, quais sejam: direito à livre manifestação do pensamento; liberdade de imprensa; liberdade de informação; liberdade de opinião, dentre outras liberdades constitucionalmente asseguradas; b) identificar as concepções antagônicas do direito à liberdade de expressão estadunidense e brasileira, por meio do estudo das jurisprudências em ambos os países, como forma de corroborar a importância do direito à livre expressão como mantenedor da democracia; c) confirmar as virtudes da aplicação da Técnica da Ponderação como limitadora do direito à liberdade de expressão, a fim de evitar os excessos e o efeito silenciador dos discursos de ódio; d) identificar a proteção legal e jurisprudencial dos direitos de personalidade, bem como as limitações ao direito à liberdade de expressão, já existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Como marco teórico complementar, adota-se o livro "Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio", de Samantha Meyer-Pflug. Quanto aos demais aspectos metodológicos, o trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas nacionais e estrangeiras, com intuito de

elaborar um direito comparado que pudesse influenciar, ou não, o desenvolvimento da discussão acerca dos limites da liberdade de expressão no Brasil.

Palavras-chave: Liberdade de Expressão. Livre Manifestação do Pensamento. Técnica da Ponderação. Primeira Emenda Estadunidense. Caso Ellwanger.

ABSTRACT

Through the hypothetical-deductive method, the present work has as its theme the paradox that exists between the right to freedom of expression and the free expression of thought with hate speech or Hate Speech. The research uses as a theoretical framework the judgment of Habeas Corpus 82.424 / RS, better known as the Ellwanger Case, and makes a hermeneutical approach to freedom of expression from the perspective of Brazilian law and the jurisprudence of the United States Supreme Court. The "Ellwanger Case" judgment defined the theoretical basis of the concept of racism and sparked the debate about the limits of freedom of expression and publication of books with anti-Semitic ideas (BRASIL, 2004). As a research problem, the paper asks: what would be the limitations of the right to freedom of expression so that hate speech does not reproduce the silencing effect of classes that have less social representation? As a hypothesis, it is stated that the excessive limitation of the right to freedom of expression and the free expression of thought tarnishes the general right of freedom, enshrined in the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil, and the foundation of the Democratic Rule of Law. The research is justified by the need to critically analyze the question of the existence of hate speech and the free expression of thought from the perspective of the weighting technique, through the analysis of the peculiarities of this specific case and as a way of guaranteeing the Democratic Rule of Law. The general objective is to develop a critical analysis of the limits to the right to express and express thought, based on the condemnation of hate speech, in addition to investigating American jurisprudence in concerning to the First Amendment to the United States Constitution. Specific objectives are: a) to demonstrate the existence of a general right of freedom from which the right to freedom of expression and its species is extracted, namely: the right to free expression of thought; freedom of the press; freedom of information; freedom of opinion, among other constitutionally guaranteed freedoms; b) to identify the antagonistic conceptions of the right to freedom of expression in the United States and Brazil, through the study of jurisprudence in both countries, as a way of corroborating the importance of the right to free expression as a maintainer of democracy; c) confirm the virtues of applying the Weighting Technique as limiting the right to freedom of expression, in order to avoid excesses and the silencing effect of hate speech; d) to identify the legal and jurisprudential protection of personality rights, as well as the limitations to the right to freedom of expression, already existing in the Brazilian legal system. As a complementary theoretical framework, the book "Freedom of Expression and Hate Speech" was adopted, by Samantha Meyer-Pflug. As for the other methodological aspects, the work was developed based on national and foreign research, in order to elaborate a comparative law that could influence, or not, the development of the discussion about the limits of freedom of expression in Brazil.

Keywords: Freedom of Speech. Free Manifestation of Thought. Weighting Technique. North American First Amendment. Ellwanger Case.

O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SEUS LIMITES SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA: REFLEXOS NA JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA

RAQUEL SAMPAIO DE VASCONCELOS LINS DILLY

DILLY, Raquel Sampaio de Vasconcelos Lins. **O planejamento tributário e seus limites sob a ótica do princípio da segurança jurídica**: reflexos na jurisprudência administrativa. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 1º de outubro de 2020.
Sala virtual na plataforma digital "zoom".
Orientador: Prof. Dr. Carlos Victor Muzzi Filho
Coorientador: Prof. Dr. Raphael Frattari Bonito

RESUMO

O presente estudo tem como foco a análise dos limites do planejamento tributário sob a ótica do princípio da segurança jurídica e os seus reflexos nas decisões dos tribunais administrativos. Primeiramente, serão analisados os princípios constitucionais que fazem parte da discussão sobre o planejamento tributário. Após, será dedicado um capítulo para a análise do princípio da segurança jurídica, tendo em vista que esse é o protagonista do presente trabalho. Será estudada também a relação entre o direito tributário e o direito privado, principalmente alguns conceitos do direito privado que são relevantes para entender a temática. Fixadas essas premissas, será estudado o conceito de planejamento tributário para diferentes autores e será analisada a teoria das fases do debate sobre o planejamento tributário no Brasil, elaborada por Marco Aurélio Greco, tendo em vista a sua relevância para entender boa parte das divergências travadas nessa seara. Por fim, passado por todos esses conceitos e princípios que são relevantes para entender o planejamento tributário, a fim de conferir pragmatismo para o presente estudo, serão analisados alguns casos de planejamento tributário presentes na jurisprudência administrativa brasileira, principalmente, no que diz respeito aos critérios utilizados nas decisões para validar ou invalidar as operações realizadas pelos contribuintes. A técnica metodológica adotada foi a de pesquisa teórica, utilizando-se, para tanto, de livros, teses, dissertações e artigos. O método utilizado foi o hipotético-dedutivo.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Segurança jurídica. Julgamentos administrativos.

ABSTRACT

The present study focuses on the analysis of the limits of tax planning from the perspective of the principle of legal certainty and its consequences in the decisions of administrative courts. First, will be analyzed the constitutional principles that are part of the discussion on tax planning. Afterwards, a chapter will be dedicated to analysis the principle of the legal certainty, considering that this is the protagonist of the present work. The relationship between tax law and private law will also be studied, mainly some concepts of private law that are relevant to understand the topic. Once these premises are established, will be studied the concept of

tax planning for different authors and the theory of the phases of the debate of tax planning in Brazil, prepared by Marco Aurélio Greco, in view of its relevance to understand a good part of the divergences in this field. Finally, going through all these concepts and principles that are relevant to understand tax planning, in order to provide pragmatism for the present study, some cases of tax planning present in the Brazilian administrative jurisprudence will be analyzed, mainly with regard to the criteria used in decisions to validate or invalidate transactions carried out by taxpayers. The methodological technique adopted was that of theoretical research, using books, theses, dissertations and articles. The hypothetical-deductive method was used.

Keywords: Tax planning. Legal certainty. Administrative judgments.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELO ERRO JUDICIÁRIO NA ESFERA CRIMINAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À INDENIZAÇÃO

FLÁVIO MURAD RODRIGUES

RODRIGUES, Flávio Murad. **A responsabilidade civil do Estado pelo erro judiciário na esfera criminal e o direito fundamental à indenização**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 05 de outubro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas

RESUMO

O presente estudo propõe-se a demonstrar a obrigatoriedade do Estado de indenizar réus que foram vítimas, em processos criminais, de erros judiciários que provocaram prejuízo à sua liberdade individual ou mesmo à sua imagem ou honra. Verificar-se-á que a atividade do Estado por meio dos órgãos do Judiciário pode causar danos patrimoniais ou morais na vida de um cidadão. Esses atos estatais, abusivos ou não, comissivos ou omissivos, podem gerar uma condenação ilegal e dela surgirão ônus que necessitam de reparação a ser feita não só pela retificação da decisão, mas também pela recomposição econômica. Demonstrar-se-á a hesitação existente nos tribunais brasileiros em reconhecer o erro, a sua responsabilidade e a efetivação do pagamento de indenização. Será feito um registro da evolução histórica da responsabilidade, em que se analisarão os aspectos gerais da Teoria da Responsabilidade Civil e como a questão é prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Código Civil, no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal brasileiros. Focar-se-á no erro judiciário na esfera criminal, em como a doutrina e a jurisprudência brasileiras tentam defini-lo, e nos requisitos para que, se existentes, responsabilize-se o Poder Público nos moldes do comando constitucional. Serão trazidos, a título exemplificativo, o conceito de erro judiciário no direito comparado, mais especificamente no direito australiano, norteamericano, português, argentino e o que tratam o Pacto de São José da Costa Rica e o direito espanhol sobre o assunto. Serão analisadas decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal para se propor, ao final, um conceito de erro judiciário e os requisitos para que se tenha direito a indenização. Utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, por meio do método dedutivo, utilizando como fonte, principalmente, os bancos de teses e dissertações, revistas jurídicas, livros físicos e digitais, legislação e a análise de julgados dos tribunais brasileiros. O marco teórico estará baseado na Teoria da Responsabilidade Civil do Estado desenvolvida no Brasil por Sérgio Cavalieri Filho e na Responsabilidade do Estado pela Função Jurisdicional, de Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias.

Palavras-chave: Responsabilidade civil do Estado. Erro judiciário. Esfera criminal. Dano. Indenização. Direito fundamental.

ABSTRACT

This study aims to demonstrate the State's obligation to compensate defendants who have been victims of judicial errors in criminal proceedings, which have damaged their individual freedom or even their image or honor. It will be verified that the activity of the State through the organs of the judiciary can cause material or moral damage in the life of a citizen. These State acts, abusive or not, commissive or omissive, can generate illegal condemnation and, from them, will arise onus that need reparation by economic means. It will be demonstrated the hesitation in the Brazilian courts to acknowledge the error and, consequently, its liability and effectiveness of indemnity payment, as well as a presentation about the historical evolution of liability, which will analyze the general aspects of the Theory of Civil Liability and how this subject is established in the Brazilian Constitution of 1988, the Civil Code, the Code of Civil Procedure and the Code of Criminal Procedure. It will focus on the judicial error in the criminal area, on how Brazilian doctrine and jurisprudence conceptualize it and on the necessary requirements so that, if existing, the State should be held responsible under the constitutional command. In order to exemplify the matter in comparative law, the concept of judicial error adopted in various countries will be brought forward, more specifically in Australian, North American, Portuguese and Argentine law and what the Pact of San Jose of Costa Rica and the Spanish legal system determine. Decisions of the Superior Court of Justice and the Supreme Federal Court will be analyzed to propose, at the end, a concept of judicial error and the requirements for the right to compensation. A descriptive research will be done according to the deductive method based on thesis and dissertation banks, Law magazines, physical and digital books, legislation and the analysis of judgments of the Brazilian courts. The theoretical framework will be based on the Theory of State Civil Responsibility developed in Brazil by Sérgio Cavalieri Filho and on the State Responsibility for the Jurisdictional Function, by Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias.

Keywords: *Civil liability of the State. Judicial error. Criminal area. Damage. Indemnification. Fundamental right.*

A DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS PROBATÓRIO E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

JESSICA SÉRIO MIRANDA

MIRANDA, Jessica Sérgio. **A distribuição dinâmica do ônus probatório e o estado democrático de direito.** 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 20 de outubro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas

RESUMO

O presente estudo tem como temática a distribuição dinâmica do ônus da prova prevista no artigo 373, §1º, do Código de Processo Civil de 2015 e, por objetivo, sua análise crítica a partir das premissas do modelo constitucional de processo. Seguindo a linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade FUMEC, busca-se, após estudar as teorias do processo e as bases do Estado Democrático de Direito, verificar a adequação da forma dinâmica de distribuição dos ônus probatórios ao paradigma constitucional, que estabelece as diretrizes de um processo constitucional democrático. Tem como principal hipótese, ao final confirmada, a compatibilidade da distribuição dinâmica do ônus da prova com o Estado Democrático de Direito, a partir da observância das garantias processuais estabelecidas pela Constituição da República de 1988. Para melhor compreensão da distribuição dinâmica do ônus da prova, positivada pelo Código Processual Civil de 2015, serão apresentadas noções gerais acerca do instituto da prova, seguidas do estudo das diversas teorias sobre a distribuição do ônus da prova, traçando, assim, as bases da dinamização. O estudo adota o método dedutivo e se desenvolve pela pesquisa jurisprudencial e bibliográfica em livros físicos e digitais, sites, banco de teses e dissertações e periódicos Qualis Capes.

Palavras-chave: Processo Constitucional. Estado Democrático de Direito. Prova. Ônus da prova. Distribuição dinâmica do ônus da prova.

RÉSUMÉ:

*L'étude a pour thème la répartition dynamique de la charge de la preuve prévu dans l'article 373, paragraphe 1er, du Code de procédure civile de 2015; le but est l'analyse critique à partir des prémisses du modèle de processus constitutionnel. Dans la ligne de recherche du programme de troisième cycle *Stricto Sensu* en droit de l'Universidade FUMEC, et après avoir étudié les théories du processus et les bases de l'État de droit démocratique, on cherche à vérifier l'adéquation de la forme dynamique de répartition de la charge de la preuve à la Constitution, qui établit les lignes directrices d'un processus constitutionnel démocratique. Son hypothèse principale - confirmée à la fin - est la compatibilité de la répartition dynamique de la charge de la preuve avec l'État de droit démocratique, à partir des garanties procédurales établies par la Constitution de la République de 1988. Pour une meilleure compréhension du thème, des notions générales sur la preuve seront présentées, suivies de l'étude des différentes théories sur la repartition, en exposant ainsi les bases*

de sa dynamisation. L'étude adopte la méthode déductive et se développe par la recherche de jurisprudence ainsi que dans des ouvrages et des livres numériques, des sites Web, des thèses et mémoires et des revues Qualis Capes.

Mots-clés: *Processus constitutionnel. État démocratique. Preuve. Charge de la preuve. Répartition dynamique de la charge de la preuve.*

A RECONSTRUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

ADRIANO DA SILVA RIBEIRO

Ribeiro, Adriano da Silva. **A reconstrução da distribuição do ônus da prova no processo administrativo sob a ótica dos princípios constitucionais do processo**. 156f. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 24 de outubro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandoná Freitas

RESUMO

A proposta de pesquisa é a verificação, no Código de Processo Civil, da aplicação da distribuição do ônus da prova, posta no art. 373 (BRASIL, 2015), precisamente no processo administrativo. O tema-problema com o qual se defronta este estudo e para o qual pretende compreender pode ser explicitado no seguinte enunciado: o Estado tem aplicado a distribuição do ônus da prova, no modelo do processo constitucional, nos processos administrativos? Justifica-se o desenvolvimento da pesquisa a necessidade de conferir se o instituto da prova tem sido utilizado pelo Estado no âmbito dos seus processos administrativos e se sua aplicação como está atende o processo constitucional, por seus princípios constitucionais e ao próprio Estado Democrático de Direito. O objetivo geral é verificar a aplicação da distribuição do ônus da prova nos processos administrativos, testificando a proposta por meio dos princípios constitucionais do processo. São objetivos específicos: a) conceituar os princípios constitucionais do processo (ampla defesa, contraditório e isonomia); b) estudar os direitos e as garantias processuais aplicadas ao processo administrativo; c) descrever a situação atual do ônus da prova, abordando o conceito e a evolução, no processo administrativo; d) descrever quais as principais modificações e inovações trazidas pelo Código de Processo Civil (BRASIL, 2015) referentes à distribuição do ônus da prova e sua aplicação no processo administrativo; e) analisar a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos e a flexibilização do ônus da prova; f) estudar o procedimento de inversão do ônus da prova no processo administrativo e o Princípio da Cooperação; g) estudar a teoria dinâmica do ônus da prova no processo administrativo; h) analisar a jurisprudência sobre a distribuição do ônus da prova; i) propor avanços sobre o instituto da prova no processo administrativo. O marco teórico da dissertação é a Teoria do Processo Constitucional Democrático, pela obra de José Alfredo de Oliveira Baracho, bem como os estudos de Sérgio Henriques Zandoná Freitas, a propósito do Direito Processual da Administração Pública, buscando ainda a testificação de Popper, objeto das pesquisas de Rosemiro Pereira Leal e André Cordeiro Leal. Quanto aos aspectos metodológicos, será

baseada no procedimento analítico, que visa uma abordagem crítica do tema-problema. Fundamentar-se-á, portanto, no método indutivo. Realizar-se-á pesquisa exploratória, a fim de permitir maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, que será efetivada por meio de pesquisa bibliográfica estrangeira e nacional e pesquisa documental. Também de perspectiva interdisciplinar, mediante o estudo do Processo Constitucional, do Direito Processual Civil e do Direito Administrativo. A conclusão da pesquisa confirma a necessidade da reconstrução da distribuição dinâmica do ônus da prova no processo administrativo pelo Estado e pela Administração Pública, atendendo ao processo constitucional, por seus princípios constitucionais e pelo próprio Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais processuais. Processo administrativo. Código de Processo Civil de 2015. Reconstrução da distribuição dinâmica do ônus da prova.

ABSTRACT

The research proposal is the verification, in the Code of Civil Procedure, of the application of the distribution of the burden of proof, set out in art. 373 (BRASIL, 2015), precisely in the administrative process. The problem-issue facing this study and for which it intends to understand can be explained in the following statement: has the State applied the distribution of the burden of proof, in the constitutional process model, in administrative processes? The development of the research is justified by the need to check whether the test institute has been used by the State in the context of its administrative processes and its application as it meets the constitutional process, by its institutional principles and the Democratic Rule of Law itself. The general objective is to verify the application of the distribution of the burden of proof in administrative processes, testifying the proposal through the institutional principles of the process. The general objective is to verify the application of the distribution of the burden of proof in administrative processes, testifying the proposal through the institutional principles of the process. Specific objectives are: a) to conceptualize the institutional principles of the process (broad defense, contradictory and isonomy); b) to study the procedural rights and guarantees applied to the administrative process; c) describe the current situation of the burden of proof, addressing the concept and the evolution, in the administrative process; d) describe the main changes and innovations brought by the Civil Procedure Code (BRASIL, 2015) regarding the distribution of the burden of proof and its application in the administrative process; e) to analyze the presumption of veracity and legitimacy of administrative acts and the flexibility of the burden of proof; f) study the procedure for reversing the burden of proof in the administrative process and the Principle of Cooperation; g) study the dynamic theory of the burden of proof in the administrative process; h) analyze the jurisprudence on the distribution of the burden of proof; i) to propose advances on the test institute in the administrative process. The theoretical framework of the dissertation is the Theory of the Democratic Constitutional Process, by the work of José Alfredo de Oliveira Baracho, as well as the studies of Sérgio Henriques Zandona Freitas, regarding the Procedural Law of Public Administration, also seeking the testification of Popper, object of the research by Rosemiro Pereira Leal and André Cordeiro Leal. As for the methodological aspects, it will be based on the analytical procedure, which aims at a critical approach to the problem theme. It will therefore be based on the inductive method. Exploratory research will be carried out in order to allow greater familiarity with the problem, with a view to making it more explicit, which will be effective through foreign and national bibliographic research and documentary research. Also from an interdisciplinary perspective, through the study of the Constitutional Process, Civil Procedural Law and Administrative Law. The conclusion of the research confirms the need to reconstruct the dynamic distribution of the burden of proof in the administrative process by the State and the Public Administration, taking into account the constitutional process, due to its institutional principles and the Democratic Rule of Law itself.

Keywords: Democratic state; Procedural constitutional principles; Administrative process; 2015 Civil Procedure Code; Reconstruction of the dynamic distribution of the burden of proof.

A SÚMULA Nº 231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: UMA (RE)CONSTRUÇÃO PRINCÍPIOLÓGICO-CONSTITUCIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

CARLOS HENRIQUE PÉRPETUO BRAGA

BRAGA, Carlos Henrique Pérpetuo. **A Súmula nº 231 do Superior Tribunal de Justiça: uma (re)construção principiológico-constitucional no Estado Democrático de Direito.** 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 27 de outubro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandonza Freitas

RESUMO

Esta pesquisa tem como temática a Súmula nº 231 do Superior Tribunal de Justiça, que veda a redução da pena provisória abaixo do mínimo legal. O referido verbete contraria expressa disposição legal, notadamente o art. 65 do Código Penal, e, por isso, viola vários princípios de natureza constitucional, ínsitos à aplicação da sanção penal, notadamente, a legalidade (ou reserva da lei), a pessoalidade, a individualização e limitação das penas, conferindo a situações distintas soluções idênticas. Como problema de pesquisa, indaga-se se o enunciado da Súmula nº 231 do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao devido processo constitucional e às previsões contidas no ordenamento jurídico brasileiro, em especial, ao art. 65, caput, do Código Penal. Afirma-se inicialmente, como hipótese de pesquisa, que os precedentes da Súmula nº 231 do Superior Tribunal de Justiça adotam premissas incompatíveis com a garantia fundamental da jurisdição e com o devido processo constitucional, violando frontalmente os princípios mencionados, além do princípio máximo do Estado Democrático de Direito. Para o desenvolvimento da pesquisa, adotar-se-ão os conceitos de processo constitucional e de Estado Democrático de Direito, entabulados por Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias, e sua compreensão una de poder (exercido exclusivamente pelo povo), capazes de balizar o exercício da função jurisdicional em bases efetivamente democráticas. O objetivo geral da pesquisa é, portanto, estabelecer crítica ao enunciado da Súmula nº 231 do Superior Tribunal de Justiça e sua aplicação, buscando verificar a sua compatibilidade com o devido processo constitucional. No que se refere aos demais aspectos metodológicos, a pesquisa se orienta pelo método hipotético-dedutivo, operando-se a partir e pesquisa bibliográfica, nacional e estrangeira, além da pesquisa jurisprudencial.

Palavras-chave: Súmula 231. Superior Tribunal de Justiça. Processo constitucional. Devido processo constitucional. Estado Democrático de Direito.

ABSTRACT

The theme of this research is Precedent 231 of the Brazilian Superior Court of Justice, which prohibits the reduction of the provisional penalty below the legal minimum. Said entry contradicts express legal provision, notably art. 65 of the Brazilian Penal Code, and, therefore, violates several principles of a constitutional nature, intrinsic to the application of the penal sanction, notably, the legality (or reservation of the law), the

personality, the individualization, and limitation of sentences, giving different situations different identical. As a research problem, it is asked whether the statement in Precedent 231 of the Brazilian Superior Court of Justice is in line with due constitutional process and with the provisions contained in the Brazilian legal system, in particular, with art. 65 of the Brazilian Penal Code. It is initially stated, as a research hypothesis, that the precedents of Precedent 231 of the Brazilian Superior Court of Justice adopt premises incompatible with the fundamental guarantee of jurisdiction and with due constitutional process, violating the mentioned principles head-on, in addition to the maximum principle of the Democratic State right. For the development of the research, the concepts of constitutional process and Democratic Rule of Law, introduced by Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias, and his unique understanding of power (exercised exclusively by the people), capable of guiding the exercise of jurisdictional function on effectively democratic bases. The general objective of the research is, therefore, to criticize the statement of Precedent 231 of the Brazilian Superior Court of Justice and its application, seeking to verify its compatibility with the due constitutional process. About the other methodological aspects, the research is guided by the hypothetical-deductive method, operating from and bibliographic research, national and foreign, in addition to jurisprudential research.

Keywords: Precedent 231. Brazilian Superior Court of Justice. Constitutional process. Due to the constitutional process. Democratic state.

ADEQUAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

MARA DUTRA LEITE

LEITE, Mara Dutra. **Adequação da transparência das licitações e contratos da Universidade Federal de Minas Gerais à lei de acesso à informação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 28 de outubro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas

RESUMO

O presente estudo analisa a adequação da transparência das licitações e contratos da Universidade Federal de Minas Geras - UFMG frente ao disposto pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI, por meio da análise de dados contidos no site da Universidade e de suas unidades. Utilizou-se do método dedutivo no que se refere às pesquisas bibliográficas e indutivo no que tange às pesquisas realizadas nos sites das entidades. Para que houvesse um melhor entendimento sobre a questão, foi realizada explanação sobre o direito ao acesso à informação, sendo posteriormente discutidos os princípios da transparência e da publicidade, bem como as suas previsões contidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CR/88. Nos capítulos seguintes tratou-se das disposições contidas na LAI e na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao adentrar-se ao problema específico do trabalho, discutiu-se questões relativas às aquisições públicas, transparência das licitações e seus contratos, bem como demonstrou-se a metodologia aplicada para análise dos dados estudados. Após tal análise, foi contabilizada as pontuações obtidas por cada Unidade Orçamentária Gestora - UG para posterior consolidação dos dados levantados e geração de considerações finais quanto à adequação da transparência das licitações e dos contratos da UFMG à LAI.

Palavras-chave: Transparência. Transparência Ativa. Transparência Pública. Lei de Acesso à Informação.

ABSTRACT

The present study analyzes the adequacy of the transparency of bidding and contracts of the Federal University of Minas Geras - UFMG with regard to the provisions of Law No. 12,527, of November 18, 2011, known as the Law of Access to Information - LAI, through the analysis of data contained on the University's website and its units. In order to have a better understanding of the topic, an explanation about the right of having access to information was presented, and the principles of transparency and publicity were subsequently discussed, as well as the provisions contained in CR / 88 of 1988. The following chapters referred to the provisions contained in the LAI and the Tax Liability Law. When approaching the specific problem of

work, issues related to public procurement, transparency of bidding and their contracts were discussed, as well as the methodology applied to analyze the studied data. After such an analysis, the scores obtained by each Managing Budget Unit - UG were counted for subsequent consolidation of the data collected and generation of final considerations regarding the adequacy of the transparency of bidding and contracts from UFMG to LAI.

Keywords: *Transparency. Active Transparency. Public Transparency. Access to Information Law.*

A EXECUÇÃO FISCAL E O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA: DA AÇÃO JUDICIAL À COBRANÇA ADMINISTRATIVA

LEONARDO BRANDÃO ROCHA

ROCHA, Leonardo Brandão. **A execução fiscal e o princípio da eficiência: da ação judicial à cobrança administrativa.** 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 18 de novembro de 2020.
Sala virtual na plataforma digital "zoom".
Orientador: Prof. Dr. Carlos Victor Muzzi Filho

RESUMO

O presente trabalho tem por tema problema analisar a ação de execução fiscal, sob a perspectiva do princípio da eficiência, como instrumento (in)eficiente à recuperação de crédito fiscal e o caminho traçado em direção à cobrança administrativa. A ação de execução fiscal tem se demonstrado ação deslegitimadora. Assim, analisar-se-á o seu histórico e os números decorrentes de sua utilização para fins de arrecadação tributária, os quais serão contrapostos ao princípio da eficiência. Igualmente, o procedimento descrito pela Lei 10.522/02 será objeto de exame sob a perspectiva do devido processo legal, a fim de explicar o contrafluxo de cobrança tributária, tendente à desjudicialização. Nesta perspectiva, verificar-se-ão as formas de cobrança, judiciais ou não, implementadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Ainda, observar-se-ão as sistemáticas de cobrança tributária no Chile, Peru e Argentina. O objetivo geral é o entendimento da tendência de desjudicialização da cobrança tributária. Utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica por meio dos métodos dedutivo e comparativo, além de pesquisa de dados para, em conclusão, determinar-se a necessidade de revisitação do procedimento da ação de execução fiscal, pois que já exaurido.

Palavras-chave: Ação de execução fiscal. Arrecadação. Tributos. Princípio da eficiência. Meios administrativos.

ABSTRACT

This work has as question the analyze the judicial tax enforcement, by the efficiency principle, as instrument (in)efficient to tax collection and the administrative procedures adoption. The tax enforcement have shown delegitimated procedure. Thus, aims to analyze the historical and it's tax collection numbers, in contrast to the efficiency principle. Equally, the procedure of the law 10.522/02 will be analyzed under the due process os law perspective in order to explain the opposite way of the tax revenue, tendentious to neglect judicialization. Thus, will be checked the tax collection procedures, judicial or not, used by the Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Also the tax collection systems of Chile, Peru and Argentina will be noted. The general objective is the understanding of the migration from the judicial tax enforcement to the administrative revenue. The bibliographic research will be used through the deductive and comparative method, as well as data research to, in conclusion, determine a need of improvement of the judicial tax collection procedure, already threadbare.

Keywords: Tax enforcement, Revenue. Tax. Efficiency principle. Administrative procedures.

UMA REFLEXÃO SOBRE GESTÃO DE TERRAS, PROPRIEDADE E REGISTRO

AMANDA DE CAMPOS ARAÚJO

ARAÚJO, Amanda de Campos. **Uma reflexão sobre gestão de terras, propriedade e registro**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 30 de novembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

RESUMO

Pode-se facilmente perceber a dificuldade atual enfrentada pelos órgãos estatais na promoção de políticas públicas voltadas para a identificação e a regularização das terras devolutas. Pretendeu-se, com a pesquisa, aferir se é possível extrair, do processo histórico de formação do atual quadro fundiário brasileiro, a existência de procedimentos de controle da privatização dos imóveis e, via de consequência, de identificação das terras "vagas", que se tratam dos imóveis devolutos. Para esse objetivo, primeiramente, foram caracterizados os institutos da posse, da propriedade e das terras devolutas. Estabelecidas as premissas necessárias quanto aos contornos jurídicos desses institutos, promoveu-se uma análise historiográfica da ocupação territorial nacional, identificando suas principais características, as legislações e os efeitos práticos da atuação governamental. Em seguida, aferiram-se as bases instituidoras do Registro de Imóveis, bem como a forma de construção do acervo cartorial, com o intuito de se verificarem o nível de segurança e a relevância dos dados inscritos, para eventuais políticas de ordenação territorial. Observou-se que o Registro Imobiliário constitui a única fonte capaz, na atualidade, de propiciar o conhecimento das propriedades privadas e, por conseguinte, possibilitar a identificação das terras devolutas, muito embora o acervo cartorário deva ser trabalhado com extrema cautela, para que seja efetivamente capaz de fornecer dados relevantes a esse mister. A pesquisa permite aferir que sempre se pretendeu a existência de um controle da propriedade, mas apenas se conseguiu favorecer e fortalecer as posses, advindas das ocupações irregulares do território.

Palavras-Chave: Gestão de terras. Privilégio das posses. Registro imobiliário. Relevância do acervo.

ABSTRACT

One can easily see the current difficulty faced by state agencies in promoting public policies aimed at identifying and regularizing vacante lands. The objective of the research was to assess whether it is possible to extract, from the historical process of formation of the current brazilian land framework, the existence of procedures to control the privatization of properties and, consequently, to identify "vacant" lands, which these are returned properties. For this purpose, firstly, the institutes of possession, property and vacant lands were characterized. Having established the necessary premises regarding the legal contours of these institutes, a historiographic analysis of the national territorial occupation was carried out, identifying their main characteristics, legislation and the practical effects of governmental action. Then, the founding bases of the Real Estate Registry were assessed, as well as the form of construction of the registry collection, in order to verify the level of security and relevance of the registered data, for possible territorial ordering

policies. It was observed that the Real Estate Registry is the only source capable, at present, of providing knowledge of private properties and, consequently, enabling the identification of vacant lands, although the registry collection must be worked with extreme caution so that it is effectively able to provide relevant data to this task. The research allows to verify that the existence of a control of the property was always intended, but it was only possible to favor and strengthen the possessions, resulting from the irregular occupation of the territory.

Keywords: Land management. Privilege of posses. Real estate registration. Relevance of the collection.

AS MULTAS NOS TRIBUNAIS DE CONTAS E O EXCESSO DE DISSUAÇÃO: LIMITES AO EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO SANCIONADO

ERIC BOTELHO MAFRA

MAFRA, Eric Botelho. **As multas nos tribunais de contas e o excesso de dissuasão**: limites ao exercício do poder administrativo sancionado. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 07 de dezembro de 2020.
Sala virtual na plataforma digital "zoom".
Orientador: Prof. Dr. Lucas Moraes Martins

RESUMO

Considerando as teorias dissuasórias do Direito Administrativo Sancionador, a dissertação tem por objetivo realizar estudo das multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e pelo Tribunal de Contas da União para verificar se as penalidades imputadas pelas citadas Cortes estariam sendo atribuídas sob o enfoque destas teorias, levando em consideração a indução de comportamentos para prover a boa governança e a accountability dos respectivos controlados, ou estão sendo fundamentadas com base numa estratégia de justificação nas mesmas bases teóricas desenvolvidas para se legitimar a aplicação de penalidades pelo simples descumprimento das normas do ordenamento jurídico. Nesse esteio, buscando aprofundar a análise acerca da aplicação de sanções administrativas pelas Cortes de Contas da União e mineira, serão examinados os contornos jurídicos das competências conferidas a tais órgãos de controle externo e sua atual concepção como órgão efetivador de direitos fundamentais e indutor da boa gestão pública. Ainda, serão explicitadas as teorias elaboradas sobre a justificação da finalidade da pena, que podem auxiliar no desenvolvimento da ideia de sanção na esfera controladora, para então desenvolver uma concepção de que a aplicação das sanções por estes órgãos de controle externo devem ir além da mera retribuição das penalidades, notadamente ante a autonomia de princípios e fundamentos das referidas sanções administrativas, que não devem estar vinculadas ao Direito Penal irrestritamente. Serão estudadas, para tanto, as fundamentações constantes das decisões do TCU e do TCEMG a fim de verificar qual o enfoque dado na imputação das penalidades com o objetivo precípuo de contribuir na prática destas Cortes. Partindo de estudos preliminares que apontam para a imputação de penalidade pela mera prática de ato contrário às normas legais, a hipótese é de que essas sanções possuem vocação própria e específica, que as distinguem materialmente de outros ramos do direito, especialmente ante ao papel atribuído aos Tribunais de Contas, que, sem se afastar das garantias constitucionais fundamentais para evitar arbitrariedades em sua aplicação (excesso de dissuasão), com aproximação das teorias contemporâneas sobre a justificação da finalidade da pena, permite a reaproximação entre os referidos órgãos de controle externo e seus jurisdicionados, pois, assim, permitiriam a promoção da boa governança e a accountability de seus controlados numa perspectiva pautada na dissuasão.

Palavras-chave: Controle externo da Administração Pública. Direito Administrativo Sancionador. Tribunal de Contas. Teorias dissuasórias. Excesso de dissuasão.

ABSTRACT

Considering the utilitarian theories (deterrence) of Sanctioning Administrative Law, this dissertation aims to discuss the penalties applied by the Accounting Court of the State of Minas Gerais and the Federal Accounting Court to verify whether the penalties, imputed by the aforementioned Courts, would be attributed under these theories, taking into account the induction of behaviors to provide good governance and accountability of the respective individuals under jurisdiction, or would be based on a justifying strategy on the same theoretical bases developed to legitimize the application of penalties by simply non-compliance with the rules of the legal system. In this direction, seeking to deepen the analysis of the application of administrative sanctions by the Federal and Accounting Court of the State of Minas Gerais, the legal contours of the powers conferred on these Accounting Courts and their current conception as an effective public agency of fundamental rights and inducer of good public management will be examined. Furthermore, the theories elaborated on the justification of the penalty's purpose will be explained, which can assist in the development of the idea of sanction in the Accounting Courts, in order to then develop a conception that the application of sanctions by these public agency must go beyond the mere retribution, notably in the face of the autonomy of principles and grounds of these referred administrative sanctions, which should not be unrestrictedly bound by Criminal Law. To this end, the reasons contained in the decisions of the TCU and TCEMG will be studied in order to verify the focus given on the imputation of penalties with the primary objective of contributing to the practice of these Courts. Starting from preliminary studies that point to the imputation of penalty justified by the mere practice of an act contrary to legal norms, the hypothesis is that these sanctions have their own specific vocation which distinguishes them materially from other branches of law, especially in the face of the role attributed to the Accounting Courts. This role, without departing from the fundamental constitutional guarantees to avoid arbitrariness in its application (over-deterrence), with the approximation of contemporary theories about the justification of penalty's purpose, allows the rapprochement between these Accounting Courts and those under jurisdiction, for thus they would allow the promotion of good governance and accountability of their controlled ones in a perspective based on dissuasion.

Keywords: Audit institution of the Government. Law of administrative sanctions. Accounting Courts. Utilitarian theories (deterrence theories). Retributive theories. Over-deterrence.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO CEBAS DA LEI 12.101/09 EM FACE DA IMUNIDADE PRECONIZADA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

WILMARA LOURENÇO SANTOS

SANTOS, Wilmara Lourenço. **A inconstitucionalidade da exigência de certificação cebas da Lei 12.101/09 em face da imunidade preconizada na Constituição Federal de 1988**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 10 de dezembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Rafael Frattari Bonito

RESUMO

A presente dissertação tem por escopo discutir a exigência de certificação CEBAS – (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) preconizada na lei 12.101/09, para regulamentação de imunidade tributária contida na Constituição Federal de 1988, frente ao julgamento do RE 566.622/RS em sede de repercussão geral pelo STF, entretanto provar a sua validade no que se refere à isenção instituída pela lei ordinária, segregando os referidos institutos e os seus requisitos para fins tributários de não recolhimento de impostos ou dispensa legal. A legislação ordinária permite que o trabalho desenvolvido pelas entidades filantrópicas de assistência social, saúde e educação, usufruam da isenção de impostos instituídos pela União Federal, desde que cumpram os requisitos na norma infraconstitucional, culminando na certificação administrativa dessas Instituições validando a dispensa de recolhimento de impostos. Todavia, essas Instituições possuem o direito a imunidade tributária, prevista nos artigos 150, V'c' e 195§7º da Constituição Federal de 1988, que prevê a vedação da instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dessas instituições, desde que atendidos os requisitos da lei. A legislação disposta para regulamentar os requisitos da imunidade tributária está contida em Lei Complementar, artigo 14 do Código Tributário Nacional, vedando a distribuição de lucro ou renda, determinando que os valores recebidos pela instituição sejam integralmente revertidos para a execução das atividades iseridas no Estatuto Social e que a contabilidade esteja regular.

Palavras-chave: Imunidade tributária. Certificação. Código Tributário Nacional. Entidades filantrópicas. Constituição Federal. Lei complementar. Lei Ordinária.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to discuss the CEBAS certification requirement (Certificate of Social Assistance Beneficent Entity) advocated in Law 12.101 / 09, for the regulation of tax immunity contained

in the Federal Constitution of 1988, against the judgment of RE 566.622 /RS in headquarters of general repercussion by the STF, however prove its validity with regard to the exemption established by ordinary law, segregating the referred institutes and their requirements for tax purposes of non-payment of taxes or legal waiver. Ordinary legislation allows the work carried out by philanthropic entities of social assistance, health and education to enjoy the tax exemption instituted by the Federal Union, provided that they comply with the requirements of the infraconstitutional norm, culminating in the administrative certification of these institutions, validating the exemption from collection of taxes. taxes. However, these institutions have the right to tax immunity, provided for in articles 150, V'c 'and 195§7 of the 1988 Federal Constitution, which provides for the prohibition of the institution of taxes on the assets, income or services of these institutions, provided that the requirements of the law are met. The legislation prepared to regulate the requirements of tax immunity is contained in Complementary Law, article 14 of the National Tax Code, prohibiting the distribution of profit or income, determining that the amounts received by the institution are fully reversed for the execution of the activities covered by the Bylaws and that the accounting is regular.

Keywords: Tax immunity. Certification. National Tax Code. Philanthropic entities. Federal Constitution. Complementary law. Ordinary Law.

ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO SERVIDOR PÚBLICO DE MINAS GERAIS EM FACE DA LEI ANTICORRUPÇÃO MINEIRA

GLÁUCIA MILAGRE MENEZES

MENEZES, Gláucia Milagre. **Análise da observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório no processo administrativo disciplinar do servidor público de Minas Gerais em face da lei anticorrupção mineira.** 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 14 de dezembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

RESUMO

A proposta é compreender que, no âmbito da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, existem dois procedimentos punitivos, quais sejam, o Processo Administrativo Disciplinar e o Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica, este oriundo da Lei Anticorrupção, que embora sejam processos sancionatórios, em sede de Corregedoria-Geral, possuíam ritos diferentes, o que possibilita questionar quanto à observância da aplicação da ampla defesa e do contraditório, sobretudo no Processo Administrativo Disciplinar. Portanto, esse o foco que a pesquisa busca no sentido de compreender e fornecer uma visão crítico-propositiva dos principais aspectos discutidos, com ênfase em preceitos constitucionais. Pretende-se, assim, verificar se há diferença de aplicabilidade dos princípios da ampla defesa e do contraditório com vistas ao aprimoramento do Processo Administrativo Disciplinar mineiro, tendo como base: as regras da processualística que norteiam o processo de responsabilização de pessoa jurídica contidos na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 46.782/2015, antes da alteração dada pelo Decreto Estadual de nº 47.752/19, no âmbito do Poder Executivo Estadual; e a proposta legislativa que estava em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais que visou o aperfeiçoamento da aplicação desses princípios. A vertente metodológica utilizada na pesquisa será a jurídico-dogmática, com método de abordagem do conhecimento o hipotético-dedutivo, pois mediante a apresentação do problema se pode refutar ou não a hipótese. Quanto aos tipos genéricos de pesquisa, é possível classificá-la em jurídico-compreensivo, jurídico-propositivo e jurídico-comparativo. A pesquisa se embasou na "Teoria do Processo Constitucional" de José Alfredo de Oliveira Baracho, em que visa identificar a supremacia das normas constitucionais sobre as demais que compõe o corpo normativo processual vigente, mediante da imposição

das garantias constitucionais dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Os resultados obtidos por meio do presente estudo indicam que o Estatuto do servidor público mineiro necessita se modernizar frente a observância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, em comparação à Lei Anticorrupção também do Estado de Minas Gerais, vez que se faz necessária harmonização dos trâmites processuais, tendo em vista o Processo Administrativo Disciplinar e a evolução legislativa que tem por norte a concretização do Estado Democrático de Direito, podendo ser proposta reformulação do seu corpo normativo. Acredita-se que a identificação dos princípios da ampla defesa e contraditório no Processo Administrativo Disciplinar e Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica, bem como a análise das diferenças processualísticas, acrescentando possível diferenciação na utilização desses princípios face os mandamentos da Constituição da República de 1988, pode-se propor reforma legislativa. Constatou-se, assim, que é essencial que se oportunize ao servidor público, que responde a tal processo correccional, se valer das garantias de seus direitos fundamentais em processo.

Palavras-chave: Constituição da República Federativa do Brasil. Ampla defesa e contraditório. Processo Administrativo Disciplinar mineiro. Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica de Minas Gerais. processualística e Estado Democrático de Direito.

ABSTRACT

The proposal is to understand that, within the scope of the Comptroller General of the State of Minas Gerais, there are two punitive procedures, namely, the Disciplinary Administrative Process and the Administrative Process for Accountability of Legal Entities, this coming from the Anticorruption Law, which although they are legal sanctioning, at the Internal Affairs Department, had different rites, which makes it possible to question the observance of the application of the broad defense and the contradictory, especially in the Disciplinary Administrative Process. Therefore, this is the focus that the research seeks to understand and provide a critical-propositional view of the main aspects discussed, with an emphasis on constitutional precepts. It is intended, therefore, to verify if there is a difference of applicability of the principles of broad defense and contradictory with a view to improving the Minas Gerais Administrative Disciplinary Process, based on: the procedural rules that guide the legal responsibility process contained in the Law Federal No. 12,846 / 2013, regulated by State Decree No. 46,782 / 2015, before the amendment given by State Decree of No. 47,752 / 19, within the scope of the State Executive Branch; and the legislative proposal that was pending at the Legislative Assembly of Minas Gerais that aimed at improving the application of these principles. The methodological aspect used in the research will be the legal-dogmatic one, with the hypothetical-deductive method of approaching knowledge, because by presenting the problem one can refute or not the hypothesis. As for the generic types of research, it is possible to classify it into legal-comprehensive, legal-propositional and legal-comparative. The research was based on the "Theory of the Constitutional Process" by José Alfredo de Oliveira Baracho, in which it aims to identify the supremacy of the constitutional norms over the others that make up the current procedural normative body, through the imposition of constitutional guarantees of the constitutional principles of the adversary and of broad defense. The results obtained through this study indicate that the Statute of the civil servant of Minas Gerais needs to be modernized in view of the observance of the constitutional principles of broad defense and contradiction, in comparison to the Anticorruption Law also of the State of Minas Gerais, since it is necessary to harmonize the procedural steps, in view of the Disciplinary Administrative Process and the legislative evolution that is guided by the realization of the Democratic Rule of Law, with the possibility of reformulating its normative body. It is believed that the identification of the principles of widespread and contradictory defense in the Administrative Disciplinary Process and Administrative Process for Accountability of Legal Entities, as well as the analysis of procedural differences, adding possible differentiation in the use of these principles in view of the 1988 Constitution, legislative reform can be proposed. Thus, it appears that it is essential that the public servant, who responds to such correctional process, be given the opportunity to avail himself of the guarantees of his fundamental rights in process.

Keywords: Constitution of the Federative Republic of Brazil. broad and contradictory defense. Administrative Disciplinary Process of Minas Gerais. Administrative Process for Accountability of Legal Entities in Minas Gerais. procedural and Democratic Rule of Law.

A ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA PERSPECTIVA PARADIGMÁTICA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

ZAPHIA BORONI DE SOUZA

SOUZA, Zaphia Boroni. **A atuação resolutiva do Ministério Público** na perspectiva paradigmática do **Estado Democrático de Direito**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 16 de dezembro de 2020.
Sala virtual na plataforma digital "zoom".
Orientador: Prof. Dr. André Cordeiro Leal

RESUMO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que instituiu o projeto do Estado Democrático de Direito, alçou o Ministério Público à categoria de Instituição independente, permanente, com atribuição para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cabendo, portanto, atuação proeminente na fiscalidade da implementação do projeto democrático. Nesse viés, propõe-se, pela dogmática jurídica, o denominado perfil resolutivo do Ministério Público, que tem por premissa a atuação proativa, reflexiva, voltada à fiscalidade preventiva e atuante no âmbito extrajurisdicional. A pesquisa desenvolvida neste trabalho tem por objetivo estudar as vias de atuação resolutiva do Ministério Público, notadamente o inquérito civil, o compromisso de ajustamento de conduta, as recomendações e as audiências públicas, questionando-os frente ao paradigma jurídicoconstitucional do Estado Democrático de Direito, perquirindo se estão em consonância com a democraticidade jurídica ou se ainda restaria ao Ministério Público um viés histórico de atuação autoritária. Analisou-se, portanto, as bases teóricas que dizem respeito à processualidade democrática, cujos fundamentos se encontram nas teorias constitucionais do processo, apresentando as compreensões paradigmáticas do Estado de Direito, com abordagem dos desdobramentos paradigmáticos do Estado Liberal e Estado Social, tratando, por fim, do paradigma atual do Estado Democrático. Abordou-se, ainda, os preceitos introdutórios dos fundamentos da processualidade democrática, buscando, por fim, correlacionar a atuação preventiva do Ministério Público como sendo a forma mais legítima de atuação ministerial no Estado Democrático de Direito. A pesquisa é de cunho bibliográfico e se utiliza da metodologia de base hipotético-dedutiva de Karl Popper.

Palavras-chave: Ministério Público. Atuação Resolutiva. Estado Democrático. Processualidade democrática

ABSTRACT

The 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil, which instituted the project of the Democratic State of Law, raised the Public Ministry to the category of an independent, permanent institution, with

responsibility for the defense of the legal order, the democratic regime and social and individual interests unavailable, therefore, it is important to have a prominent role in the taxation of the implementation of the democratic project. In this bias, it is proposed, by legal dogmatics, the so-called resolute profile of the Public Ministry, which has as premise the proactive, reflective action, focused on preventive taxation and acting in the extrajudicial scope. The research developed in this work aims to study the ways of resolving action by the Public Ministry, notably the civil inquiry, the commitment to adjust conduct, recommendations and public hearings, questioning them in the face of the legalconstitutional paradigm of the Democratic State of São Paulo. Law, investigating whether they are in line with legal democracy or whether the Public Prosecutor's Office would still have a historical bias of authoritarian activity. Therefore, the theoretical bases that relate to democratic proceduralism were analyzed, whose foundations are found in the constitutional theories of the process, presenting the paradigmatic understandings of the Rule of Law, with an approach to the paradigmatic developments of the Liberal State and Social State, treating, for end, of the current paradigm of the Democratic State. It also addressed the introductory precepts of the foundations of democratic proceduralism, seeking, finally, to correlate the preventive action of the Public Ministry as being the most legitimate form of ministerial action in the Democratic State of Law. The research is bibliographic and uses Karl Popper's hypothetical-deductive methodology.

Keywords: Public ministry. Resolute Performance. Democratic State. Democratic proceduralism.

AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM PRECEDENTE DE CONTEÚDO CONSTITUCIONAL: ANÁLISE DO ARTIGO 525, § 15 DO CPC ANTE A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PROFERIDA PELO STF EM CONTROLE DIFUSO

RENATA CRISTINA SILVA MOURÃO

MOURÃO, Renata Cristina Silva. **Ação rescisória fundada em precedente de conteúdo constitucional**: análise do artigo 525, § 15 do CPC ante a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF em controle difuso. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 18 de dezembro de 2020.
Sala virtual na plataforma digital "zoom".
Orientador: Prof. Dr. André Cordeiro Leal

RESUMO

O objeto deste trabalho é avaliar a (in)compatibilidade entre o direito fundamental à coisa julgada e o cabimento da ação rescisória face à declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF em controle difuso, nos termos da previsão contida no artigo 525, § 15º do CPC. Isto porque, de acordo com o dispositivo processualista, a qualquer tempo em que o STF decidir de forma contrária à coisa julgada, esta poderá ser objeto de ação rescisória, mesmo após os dois anos decadenciais que lhe davam a garantia constitucional de não ser mais alterada, uma vez que esses dois anos serão computados do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo. Neste contexto, haveria um contrassenso entre a previsão contida no CPC e a garantia constitucional da segurança jurídica assegurada às partes litigantes pelo Constituinte Originário. A desconstituição da coisa julgada, cuja aplicação da lei ou ato normativo foi objeto da interpretação de magistrado imbuído do dever de controlar a constitucionalidade perante o caso concreto, não ser compreendida como uma decisão que se limita a aplicar uma lei posteriormente declarada inconstitucional. A partir desse prisma, tem-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: a desconstituição da coisa julgada cujo prazo inicia-se da publicação da decisão de inconstitucionalidade proferida pelo STF em controle difuso configuraria ofensa ao direito fundamental da segurança jurídica? O princípio da segurança jurídica é previsto implicitamente na Constituição Federal, constituindo medida que possibilita às partes o conhecimento e certeza quanto ao desdobramento dos seus atos a partir do regramento jurídico existente. Como corolário da segurança jurídica, o legislador conferiu à coisa julgada o status de garantia constitucional, a qual nos ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior confere certeza ao direito reconhecido judicialmente. A vertente metodológica a ser utilizada será a juridicadogmática, pois, a pesquisa será elaborada no campo do direito utilizando elementos internos ao ordenamento jurídico, caracterizando-a em uma pesquisa teórica. A fonte da pesquisa será bibliográfica e o setor do conhecimento pluridisciplinar, vez que pautado nos ramos do Direito Constitucional e Processual Civil, necessários ao desenvolvimento do tema. Ao final da pesquisa realizada buscar-se-á demonstrar que a estipulação do termo inicial para a propositura de ação

rescisória a partir da data da decisão de inconstitucionalidade proferida pelo STF, constitui afronta ao valor constitucional atribuído à segurança jurídica.

Palavras-chave: Coisa Julgada. Segurança Jurídica. Precedentes. Controle de Constitucionalidade. Relativização.

ABSTRACT

The object of this work is to assess the (in) compatibility between the fundamental right to res judicata and the suitability of the rescission action in view of the declaration of unconstitutionality issued by the STF under diffuse control, pursuant to the provision contained in article 525, § 15 of the CPC . This is because, according to the proceduralist provision, any time the STF decides against the res judicata, it can be the object of rescission action, even after the two decadential years that gave it a constitutional guarantee that it will not be changed any more. , since these two years will be counted against the final judgment of the decision handed down by the Supreme Court. In this context, there would be a contradiction between the provision contained in the CPC and the constitutional guarantee of legal certainty guaranteed to the disputing parties by the Originating Constituent. The decommissioning of the res judicata, whose application of the law or normative act was requested by the interpretation of a magistrate imbued with the duty to control constitutionality in the specific case, is not understood as a decision that is limited to applying a law subsequently declared unconstitutional. From this perspective, the following question arises as a research problem: the decommissioning of res judicata whose term starts from the publication of the unconstitutionality decision issued by the Supreme Court under diffuse control would constitute deensa to the fundamental right of legal security? The principle of legal certainty is implicitly provided for in the Federal Constitution, constituting a measure that allows the parties to have knowledge and certainty regarding the unfolding of their acts based on the existing legal regulation. As a corollary of legal certainty, the legislature gave the res judicata the status of constitutional guarantee, which in the teachings of Humberto Theodoro Júnior confers certainty on the right recognized by the courts. The methodological aspect to be used will be the legal-dogmatic one, because the research will be elaborated in the field of law using elements internal to the legal system, characterizing it in a theoretical research. The source of the research will be bibliographic and the multidisciplinary knowledge sector, since it is based on the branches of Constitutional and Civil Procedural Law, open to the development of the theme. At the end of the research carried out, it will be sought to demonstrate that the stipulation of the initial term for the filing of rescission action from the date of the unconstitutionality decision rendered by the STF, constitutes an affront to the constitutional value attributed to legal certainty.

Keywords: Thing judged. Legal Security. Precedents. Constitutionality Control. Relativization.

OS ACORDOS CÍVEIS NAS HIPÓTESES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: EVOLUÇÃO JURÍDICO-NORMATIVA E REFLEXÕES SOBRE OS LIMITES TEMPORAL E MATERIAL DOS ACORDOS FIRMADOS COM BASE NA RESOLUÇÃO DO CNMP E DO CSMPMG

FLÁVIA BARACHO LOTTI CAMPOS DE SOUZA

SOUZA, Flávia Baracho Lotti Campos de. **Os acordos cíveis nas hipóteses de improbidade administrativa: evolução jurídico-normativa e reflexões sobre os limites temporal e material dos acordos firmados com base na resolução do CNMP e do CSMPMG.** 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 19 de dezembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas

RESUMO

O Código de Processo Civil de 2015 reconheceu, como fundamento processual, a busca pela solução consensual de conflitos, consagrando aos já existentes métodos de autocomposição, estabelecidas na Lei n.º 7.347/85, na Lei n.º 12.846/13 e na Lei n.º 12.850/13, integrantes ao microsistema do combate à corrupção. Não obstante, o art. 17, §1º da Lei n.º 8.429/92, em sua redação original, vedava os acordos, as transações ou as conciliações nas hipóteses de improbidade administrativa de que tratava a Lei, cujo objetivo é tutelar o patrimônio público e a moralidade administrativa, a partir da responsabilização civil dos agentes públicos ou terceiros que, em conjunto, praticam atos ímprobos. Prevalencia o princípio da supremacia e da indisponibilidade do interesse público, no seu viés tradicionalista. A constitucionalização do Direito Administrativo, sob a ótica de que todos os direitos fundamentais devem, tanto quanto possível, ser buscados e preservados, não existindo a prevalência absoluta de qualquer dos princípios, e a mudança de paradigma da Administração Pública sancionadora e impositiva para a Administração Pública consensual e mais dialógica, gerou reflexos nos instrumentos ou métodos de controle da administração. Assim, a morosidade judicial e os custos elevados com a movimentação da máquina judiciária, aliada à efetividade nos cumprimentos dos acordos extrajudiciais, resultaram na busca mais incipiente pelas soluções consensuais de conflitos, inclusive no combate à corrupção com a reparação mais célere e eficaz do erário. Nesta perspectiva, a Lei n.º 13.964/19 alterou a Lei n.º 8.429/92 para permitir a realização de acordos nas hipóteses de improbidade administrativa e instituir o acordo de não persecução cível, embora sem regulamentação, limitando-o à fase do inquérito civil ou preparatória ao procedimento principal da ação de improbidade. Assim, buscar-se-á nesta dissertação, a partir de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se do método hipotético-dedutivo e como referencial teórico a constitucionalização e consensualidade da Administração Pública

contemporânea, definir o que seja interesse público nas ações de improbidade administrativa; demonstrar a possibilidade de realização dos acordos também no curso da demanda principal, a partir da aplicação do postulado da proporcionalidade, da razoabilidade e de uma interpretação normativa mais coerente e coordenada do sistema jurídico; reconhecer, enquanto não regulamentada, a possibilidade de aplicação analógica das diretrizes previstas nas Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Superior do Ministério Público para a celebração dos termos de ajustamento de conduta e apontar, ao final, os limites temporais e materiais dos acordos cíveis nas improbidades administrativas, resguardando os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos e, por conseguinte, da coletividade.

Palavras-chave: Improbidade administrativa. Administração pública consensual. Acordos cíveis. Regulamentação. Extensão e limites materiais.

ABSTRACT

The 2015 Civil Procedure Code recognised, as a procedural foundation, the search for consensual settlement of conflicts, consecrating the existing forms of self composition established in Act 7.347/85, Act 12.846/13 and Act 12.850/13, components of the microsystem against corruption. Nevertheless, article 17, §1º of Act 8.429/92, in its original wording, prohibited agreements, transactions or reconciliations dealt by that Law in cases of administrative improbity, aiming to protect public property and administrative morality, as of civil liability of public agents or third parties who, together, committed unsubstantiated acts. The principle of supremacy and unavailability of the public interest prevailed in its traditionalist bias. The constitutionalization of administrative law, from the perspective that all fundamental rights should, as far as possible, be sought and preserved, without absolute prevalence of any of its principles, as well as the paradigm shift from a punitive and imposing Public Administration to a consensual and more dialogical one, generated reflexes in the instruments or methods of management control. Thus, the judicial slowness and the high costs within the legal apparatus system, combined with the effectiveness in complying with extrajudicial agreements, resulted in the most incipient search for consensual solutions to conflicts, including the fight against corruption with faster and more effective refund of the treasury. In this perspective, Act 13.964/19 changed Act 8.429/92 to allow for agreements to be made in the event of administrative misconduct and to enact the agreement of non-civil pursuit, with no regulation though, and limiting it to the phase of the civil or preparatory investigation to the main procedure for the civil act of misconduct. The purpose in this dissertation is thus, with basis on a bibliographical research, using the hypothetical-deductive method and having as a theoretical reference the constitutionalization and consensus in contemporary Public Administration, to define what is of public interest in administrative improbity actions; to demonstrate the possibility of making agreements also in the course of the main demand, starting from the application of the principle of proportionality, reasonableness and a more coherent and coordinated normative interpretation of the legal system; to recognise, as yet to be regulated, the possibility of analogy application of the guidelines foreseen in the Resolutions of the National Council of Public Prosecutors and the Superior Council of the Public Prosecutor's Office for the conclusion of the terms for conduct adjustment and to point out, at the end, the material limits of civil agreements in administrative improbities, safeguarding the fundamental rights and guarantees of citizens and, consequently, of the collectivity.

Keywords: Administrative misconduct. Consensual public administration. Civil agreements. Regulation. Material extension and limits.

O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: A NECESSIDADE DE APRIMORAR A LEI 13.460 DE 2017 (CÓDIGO DE DEFESA DO USUÁRIO)

ITIBERÊ GUARÇONI MARINHO

MARINHO, Itiberê Guarçoni. **O fornecimento de serviços públicos**: a necessidade de aprimorar a Lei 13.460 de 2017 (Código de Defesa do Usuário), 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, 2020.

Defesa em 23 de dezembro de 2020.

Sala virtual na plataforma digital "zoom".

Orientador: Prof. Dr. Rafael Frattari Bonito

RESUMO

O presente trabalho trata da prestação de serviços públicos sob uma perspectiva constitucional. O tema é abordado de acordo com os ditames que remetem ao binômio dever do Estado de prestar serviços e o direito do cidadão de ter os serviços prestados com qualidade, especialmente em se tratando de serviços públicos essenciais. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é conhecida como a "Constituição cidadã", e apresenta em seu texto diversas gerações de direitos e em um contexto democrático e de uma constituição garantidora, a prestação de serviços públicos é atividade que se impõe, é direito do cidadão e é essencial para a dignidade da pessoa humana. Entretanto, a atividade de prestação de serviços nem sempre se dá de forma adequada de modo a garantir ao cidadão e usuário destes serviços a efetividade de seus direitos. Diante disso, o trabalho tem por objetivo demonstrar a fragilidade do usuário de serviços públicos que apesar de ter em mãos um instrumento nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, capaz de reunir, em um único diploma legal, com a publicação da Lei 13.460 de 2017, o chamado Código de Defesa do Usuário, a defesa de seus direitos e deveres como forma de buscar a garantia e efetividade constitucional em relação a eles ainda é incerta. Será apresentada, portanto, a contextualização dos serviços públicos, suas particularidades que impedem que a legislação protetiva existente se aplique ao usuário de serviços públicos de forma ampla e efetiva, como a proteção do usuário de serviços públicos encontra-se ainda incerta mesmo com a Lei 13.460 de 2017. Diante disso, defende-se aqui o aperfeiçoamento do Código de Defesa do Usuário, capaz de trazer segurança jurídica e efetividade aos direitos do usuário de serviços públicos, que estão constitucionalmente previstos.

Palavras-chave: Constituição. Sistema Constitucional. Código de Defesa do Consumidor. Serviços Públicos. Serviços essenciais. Serviços uti universi. Serviços uti singuli. Usuário. Código de Defesa do Usuário. Segurança Jurídica.

ABSTRACT

This paper deals with the provision of public services under a constitutional perspective. The issue is addressed in accordance with the dictates referring to the binomial state's duty to provide services and the citizen's right to have services provided with quality, especially when it comes to essential public services.

The Constitution of the Federative Republic of Brazil in 1988 is known as the "Citizen Constitution", and presents in its text several generations of rights and a democratic context and a constitution that guarantees the provision of public services is an activity that is above all, it is the citizen's right and is essential to human dignity. However, the activity of services does not always happen appropriately in order to guarantee the citizen and user of these services the effectiveness of their rights. Thus, the study aims to demonstrate the fragility of public service that, despite having in hand an instrument in the molds of the Consumer Protection Code, capable of gathering, in a single legal document, with the publication of Law 13.460 of 2017, the so-called User Defense Code, the defense of their rights and duties as a way of seeking constitutional guarantee and effectiveness in relation to them is still uncertain. Will be presented, the context of public services, its particularities that prevent the existing protective legislation from applying to the user of public services in a broad and effective manner, as the protection of the user of public services is still uncertain even with Law 13.460 of 2017. Given this, it is defended here the improvement of the User Defense Code, capable of bringing legal security and effectiveness to the rights of the user of public services, which are constitutionally foreseen.

Keywords: *Constitution. Constitutional System. Code of Consumer Protection. Public Services. Essential services. Services uti universi. Services uti singuli. User. User Protection Code. Legal Security.*